

ANEXO DO ARQUIVO PÚBLICO

ENDEREÇO: Rua do Imperador Dom Pedro II, 463 – Santo Antônio

PROPRIETÁRIO: APE – Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: Secretaria de Educação

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.055/83

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 17.287, de 31 de janeiro de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 92 Livro de Tombo II, fls. 11 e V.

DESCRIÇÃO A ocupação dos bairros de Stº Antônio e São José teve início no princípio do século XVII quando, em 1606, os franciscanos começaram a levantar o de Stº Antônio. Desde fins do século XVII, a ocupação estendeu-se para o sul e para oeste. No século XVIII, foi incorporado por aterro, o chamado “mundo novo” que corresponde à área entre a atual Av. Dantas Barreto e a Rua do Sol, e, no começo do século XIX, a zona entre o Carmo e a antiga Casa de Detenção. Desse tempo é também o casario do lado nascente da Rua do Imperador. Trata-se de um sobrado de três pavimentos, construído no século XIX. Possui duas fachadas, uma voltada para a Rua do Imperador, onde recebe o nº 463, e a outra para a Av. Martins de Barros, com o mesmo número. O prédio, apesar de reformado no pavimento térreo e no seu interior, guarda ainda hoje, características típicas dos sobrados recifenses do século XIX: estreito, com o telhado bastante inclinado e duas águas, com cumeeira paralela às ruas, com graciosos guarda-corpos de ferro protegendo as sacadas dos dois pavimentos. Forma com os demais exemplares da mesma época, ainda hoje existentes na rua, um conjunto bastante significativo e digno de ser preservado. O que torna o edifício ainda mais interessante é o terraço existente no segundo andar da fachada voltada para a Rua do Imperador, “com delgadas colunas de ferro que apóiam um entablamento com nuances do renascimento italiano”. Forma com os demais exemplares da mesma época, ainda hoje existentes na rua, um conjunto bastante significativo e digno de ser preservado. O que torna o edifício ainda mais interessante é o terraço existente no segundo andar da fachada voltada para a Rua do Imperador, “com delgadas colunas de ferro que apóiam um entablamento com nuances do renascimento italiano”. Forma com os demais exemplares da mesma época, ainda hoje existentes na rua, um conjunto bastante significativo e digno de ser preservado. O que torna o edifício ainda mais interessante é o terraço existente no segundo andar da fachada voltada para a Rua do Imperador, “com delgadas colunas de ferro que apóiam um entablamento com nuances do renascimento italiano”.

ANTIGA CASA RURAL DO EX-GOVERNADOR JOSÉ RUFINO

ENDEREÇO: Antigo Engenho Novo no município do Cabo de Santo Agostinho

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: AD Dipier

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 3705/85

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 13.041, de 29 de junho de 1988

DESCRIÇÃO

Construída por volta do ano de 1912, a casa reúne em seus aspectos arquitetônico e decorativo características de gosto do Ecletismo e do período *art nouveau*, que remontam ao final do século XIX e início do século XX.

A casa possui dois pavimentos com disposições idênticas dos seus ambientes nos dois planos. Grandes salas abrem-se por meio de portas e janelões com peitoris de alvenaria mais estreitos que as paredes. As portas em duas folhas possuem almofadas e vidros decorados com desenhos de motivos florais. Algumas paredes estão revestidas com papel decorativo. O piso é de madeira e no teto foram empregados estuques ornamentais em relevo. O conjunto metálico de maior importância nessa moradia são os alpendres de influência neocolonial. A escada descoberta que dá acesso ao primeiro pavimento tem sua estrutura em ferro forjado, com degraus em mármore branco que foram substituídos. O seu corrimão de ferro segue a mesma configuração do guarda corpo do alpendre. O telhamento é todo em telha francesa e a sua estrutura de madeira.

ANTIGA ESCOLA DE MEDICINA DO RECIFE

ENDEREÇO: Rua Amaury de Medeiros, 206 – Derby

PROPRIETÁRIO: Prefeitura da Cidade do Recife

ADMINISTRAÇÃO: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 2.212/84

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 11.268, de 19 de março de 1986

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 85 Livro de Tombo II, fls. 09vs.

DESCRIÇÃO

Em 1925 foi lançada a pedra fundamental do primeiro edifício sede da Escola de Medicina no estado. O prédio da Faculdade foi concluído em 27 de março de 1927 e inaugurado no dia 21 de abril do mesmo ano. O projeto, de autoria do arquiteto italiano Giacomo Polombo, é um exemplar dos mais característicos da década de 20 em estilo neocolonial. O neocolonial inspirava-se nas construções sacras e civis feitas no Brasil, durante o período colonial, constituindo num movimento em prol de uma arquitetura de raízes nacionais. O edifício abriga um pátio interno, semelhante aos claustros das construções religiosas com galerias circundantes no térreo e no primeiro pavimento. No seu interior, amplas salas estão dispostas em volta de todo o edifício com janelas para o exterior. O grande hall de entrada nos leva a uma belíssima escadaria que dá acesso ao primeiro pavimento. O edifício, com 3.497 m² e um dos poucos exemplares de porte da arquitetura neocolonial no Recife.

CASA 157 DA RUA BENFICA

ENDEREÇO: Rua Benfica, 157 - Madalena

PROPRIETÁRIO: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

ADMINISTRAÇÃO: UFPE

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.025/80

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.544, de 13 de abril de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 71 Livro de Tombo II, fls.07

DESCRIÇÃO

A casa nº 157 da Rua Benfica, na Madalena, é uma espécime remanescente das residências nobres que se implantaram no século XIX ao longo do Rio Capibaribe, geralmente em antigas chácaras que, com o tempo, vieram a desmembrar-se em lotes menores. Construção imponente, de gosto neoclássico, conserva ainda elementos originais de cantaria e estucaria da época. Em dois pavimentos, possui ampla “terrace” lateral descoberta, com piso em pedras de lioz, por onde se dá a entrada principal em pórtico, sendo a frontaria marcada por cinco grandes janelas que se repetem no primeiro andar. Foi ocupada até 1976 pela Escola de Arte da UFPE, restaurada pela Fundarpe, serve hoje ao Departamento de Extensão Cultural da Universidade.

CASA DE CAMARA E CADEIA DE BREJO DA MADRE DE DEUS

ENDEREÇO: Rua Maestro Tomás de A. Maciel - Centro

PROPRIETÁRIO: Prefeitura do Brejo da Madre de Deus

ADMINISTRAÇÃO: Fundarpe e outros

PROCESSO DE TOMBAMENTO: 1.268/80

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.699, de 27 de julho de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 74 Livro do Tombo II, fls. 07 v

DESCRIÇÃO

A povoação originou-se de uma fazenda de criação de gado denominada de Madre de Deus. O mais imponente prédio do local é um edifício de arquitetura oficial, a Casa de Câmara e Cadeia, cuja construção já existia em 1845. Merece especial atenção o registro da participação conjunta na construção da Casa de Câmara e Cadeia do Brejo, de dois profissionais expoentes da arquitetura do século XIX em Pernambuco: Louis Leger Vauthier e José Mamede Alves Ferreira. A Casa de Câmara e Cadeia é composta por dois volumes justapostos, com acessos independentes. A casa é uma edificação em quatro águas. O corpo principal do edifício tem dois pavimentos independentes, tendo em anexo uma construção menor, térrea.

CASA NATAL DO CARDEAL ARCOVERDE

ENDEREÇO: Distrito de Rio Branco – Município de Arcoverde

PROPRIETÁRIO: Florípedes Pacheco Vaz

ADMINISTRAÇÃO:

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.229/80

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.636, de 17 de junho de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 73 Livro de Tombo II, fls. 07 e 07 v.

DESCRIÇÃO

A Casa Grande da antiga fazenda Fundão foi o lar onde nasceu Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, primeiro Cardeal do Brasil e da América Latina. No Recife e em Olinda, destacou-se também como professor de filosofia, física e francesa do Ginásio Pernambucano, do qual foi diretor. Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante foi uma personalidade de tanto destaque que a cidade onde nasceu, opôs a sua morte em 1928 passou a chamar-se Arcoverde em sua homenagem.

A casa é um exemplar característico da arquitetura rural daquela região, fruto do tipo de ocupação que ali se instalou de pequenos latifundiários.

O imóvel é um bloco de dimensão quadrada composto por terraço com quarto anexo, duas salas, três cômodos para dormir, um oratório e uma despensa construída em taipa.

CASA DO CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO

ENDEREÇO: Penitenciária Agrícola de Itamaracá

PROPRIETÁRIO: Secretaria de Ressocialização / FUNDARPE

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.964/79

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.828, de 26 de setembro de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 76 Livro de Tombo II, fls. 08.

DESCRIÇÃO

O antigo Engenho São João já existia por volta de 1747, sendo o conjunto primitivo constituído de capela (demolida no início do século XX); casa-grande e senzala, ainda existente; casa de farinha, hoje totalmente arruinada; a moita ou engenho propriamente dito, que sofreu várias alterações e senzala, hoje não encontrando nenhum indício da sua localização.

Na casa grande, nasceu em 12 de dezembro de 1835, o Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, depois Ministro do Império. Segundo tradição oral, a atual casa teria sido construída em 1790, pelo mestre Pedro, por sobre as ruínas de uma casa mais antiga. A fachada principal, datada de 1857, é coroada por dois frontões triangulares, com porta central e quatro janelas, todas coroadas em arco pleno.

CASA GRANDE DO ENGENHO BARBALHO

ENDEREÇO: Estrada do Barbalho, s/nº - Iputinga

PROPRIETÁRIO: Prefeitura da Cidade do Recife

ADMINISTRAÇÃO: Prefeitura da Cidade do Recife

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 0995/85

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 11.435, de 19 de maio de 1986

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 87, Livro de Tombo II, fls. 10.

DESCRIÇÃO

De arquitetura bastante sóbria, o Sobrado do Cordeiro, como também é conhecido, apresenta características neoclássicas. Imponente, a casa se destaca em meio a um descampado, próximo ao rio Capibaribe. Trata-se de uma construção em alvenaria de tijolos, em dois pavimentos: no primeiro estava à casa de moradia, com amplas salas, quartos e demais dependências; o térreo destinava-se às instalações de serviços e abrigos de animais domésticos, havendo até vestígios de uma vacaria. A fachada principal possui dupla escadaria que leva a um terraço em arcadas no primeiro pavimento. Referências históricas levam a crer que a casa remonta à primeira metade do século XIX.

ESPAÇO PASÁRGADA - CASA DE MANUEL BADEIRA

ENDEREÇO: Rua da União, 263 – Boa Vista

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: Fundarpe

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.326/82

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.826, de 26 de setembro de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 77 Livro de Tombo II, fls.8.

DESCRIÇÃO

A casa nº 263 da Rua da União é um sobrado de estilo neoclássico do século XIX. Dos mais imponentes daquela rua, caracterizada inicialmente por sobrados estreitos e casas térreas ou mansarda, mostra-se com três janelas e uma porta, no térreo, e quatro janelas no pavimento superior, sendo os andares divididos por uma larga cornija.

Manuel Bandeira nasceu no Recife, 1886, filho do engenheiro Manuel Carneiro de Souza Bandeira, aqui vivendo provavelmente até 1896, quando terminou seus estudos primários.

Dos seis aos 10 anos viveu na casa do avô, no imponente sobrado da Rua da União, onde, segundo o poeta, “construiu-se a minha mitologia... A Rua da União, com os quatro quarteirões adjacentes limitados pelas ruas da Aurora, da Saudade, Formosa e Princesa Isabel, foi a minha Troáda; a casa do meu avô, a capital desse país fabuloso. Quando comparei esses quatro anos de minha meninice a quaisquer outros anos de minha vida de adulto, fico espantado do vazio destes últimos em cotejo com a densidade daquela quadra distante”, escreveu o poeta em suas memórias. A casa pode ser considerada a grande fonte inspiradora do poeta, basta ler o poema “Evocação do Recife”, editado em 1925.

CASA-GRANDE DO ENGENHO CAMARAGIBE

ENDEREÇO: AV. Dr. Belmiro Correia (BR – 408)

PROPRIETÁRIO: Maria Anita Amazonas Mac Dowel

ADMINISTRAÇÃO: Maria Anita Amazonas Mac Dowel

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº 42/83

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 12.550, de 7 de agosto de 1987

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 11 Livro de Tombo III, fls.03

DESCRIÇÃO

A Casa Grande apresenta marcas fortes da época de maior esplendor do ciclo da cana de açúcar que sobreviveu até os nossos dias em localização privilegiada que hoje denominamos Região Metropolitana do Recife. O Engenho Camaragibe situa-se numa elevação entre a BR 408 e a estrada que liga o Recife a Aldeia. Este antigo engenho remonta aos primórdios do século XVI, foi destruído pelos índios em revolta, no ano de 1555 e ocupado pelos holandeses em 1639. Foi reconstruído em época desconhecida tendo como único remanescente a Casa Grande. Embora descaracterizada, a casa mantém um porte majestoso, apresentado nas suas fachadas características neoclássicas dos fins do século XIX. Em seu interior encontra-se a pequena capela de São Tiago Maior, de final do século XVI. O monumento ainda possui um considerável acervo de bens móveis, como mobiliários, pratarias e louças.

CASA E JARDIM DO CORONEL

ENDEREÇO: Centro da cidade de Paulista, Região Metropolitana do Recife

PROPRIETÁRIO: Família Lundgren

ADMINISTRAÇÃO: Família Lundgren

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 0017/2002

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO:

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA:

DESCRIÇÃO

O polígono de Tombamento compreende uma área de 23.584 m², delimitada pelas Ruas Epitácio Pessoa, da Mangueira, Presidente Getúlio Vargas e Francisco da Costa, no centro urbano da cidade de Paulista. Este conjunto data de meados do século XX e foi construído com a finalidade de servir de moradia para a família Lundgren, sendo seu último morador o Comendador Arthur Lundgren. A casa térrea primitiva deu origem à casa grande atual, constituída pela casa original e pelo edifício anexo com quatro pavimentos, construído na primeira metade do século XX.

A edificação é conhecida como Jardim do Coronel, em virtude do busto do coronel Frederico Lundgren, irmão do Comendador Arthur, que ali se encontra. No amplo jardim em frente da casa, funcionou durante muitos anos um pequeno zoológico e parque de diversões para os filhos dos operários da Companhia de Tecidos Paulista.

O local encontra-se cercado por gradis de ferro fundido. A casa grande divide o espaço no interior do sítio, com outros elementos de destaque o coreto, o busto do Coronel, o muro com gradil que separa a casa do restante do jardim, a edícula, a ruína de um muro localizadas por trás da casa e, ainda, dezenas de árvores: oitizeiros, jaqueiras, castanholas, mangueiras, fícus, palmeiras, que constituem relevante área verde do centro da cidade. A utilização dos tijolos cerâmicos aparentes que constituem as superfícies das fachadas – característica mais marcante da obra – parece refletir influência da arquitetura européia. A casa grande conserva no seu interior parte do mobiliário antigo.

CEMITÉRIO DOS INGLESES

ENDEREÇO: Av. Cruz Cabugá – Santo Amaro

PROPRIETÁRIO: Consulado Britânico

ADMINISTRAÇÃO: Cemitério dos Ingleses

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 747/81

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 9.131, de 23 de janeiro de 1984

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA:

Nº 07 Livro de Tombo III, fls. 01 v.

DESCRIÇÃO

O terreno para o Cemitério dos Ingleses foi cedido ao Cônsul Inglês em Pernambuco no ano de 1814. Nesta época não era permitido enterros de não católicos nos cemitérios junto às igrejas ou no interior delas. Daí a necessidade de se construir um cemitério para os ingleses que residiam no Recife, cuja colônia aumentara consideravelmente depois de 1808, data de abertura dos portos brasileiros ao comércio com outras nações.

Este cemitério foi o 1º do Recife a ser construído exclusivamente para este fim. Supõe-se que nele tenha sido sepultado Henry Koster que faleceu no Recife em 1820 e que nos deixou suas impressões sobre Pernambuco no livro Viagem ao Nordeste do Brasil.

Não só ingleses foram enterrados nesse cemitério, mas o pernambucano, José Inácio de Abreu e Lima e vários alemães contratados para servir em Pernambuco a partir de 1839.

Trata-se de uma edificação em estilo neo-gótico, toda em alvenaria de tijolo, com cobertura em telha francesa, de aspecto bem singelo. As sepulturas se apresentam de formas variadas, sem ostentações, construídas também em alvenaria, algumas apresentando grades e cruzes em ferro, possivelmente inglesas.

Uma sepultura desperta atenção por abrigar os restos mortais de Abreu e Lima, cujo sepultamento ocorreu no Cemitério dos Ingleses por ter-lhe sido negado no Cemitério Público pelo então Bispo Cardoso Ayres.

CINE TEATRO APOLLO

ENDEREÇO: Rua da Conceição nº 25 – Centro - Palmares

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Palmares

ADMINISTRAÇÃO: Prefeitura Municipal de Palmares e FUNDARPE

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 2.702/84

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 17.290, de 31 de janeiro de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 95 Livro de Tombo II, fls. 11 v.

DESCRIÇÃO

O Cine-Teatro Apollo foi inaugurado em 1914, construído com o propósito de atender às atividades culturais, que na época se desenvolviam e ganhavam espaço na sociedade local. Essa casa de espetáculos veio representar para a cidade, um bem cultural que poucas cidades do interior possuíam. Em 1932, Miguel Jasseli fundou a Sociedade de Cultura de Palmares, formada por um grupo de teatro amador, no qual se integrou Hermilo Borba, então com 15 anos, começando a formar-se o futuro ator, escritor, dramaturgo, folclorista e grande incentivador do teatro no Brasil. O Cine-Teatro Apollo, situado no centro da cidade de Palmares, é uma construção de estilo eclético, apresentando característica de gosto popular, aliado a elementos híbridos de influência predominantemente clássica. A planta baixa do prédio se desenvolve de forma simples, dentro praticamente de um retângulo, formando uma platéia com 460 cadeiras ladeada por dois corredores laterais originalmente sem cobertura, e hoje cobertos em telhas de cimento-amianto. O Cine-Teatro Apollo funcionou ininterruptamente até 1984.

CINE TEATRO GUARANY

ENDEREÇO: Praça Carolino Campos - Triunfo

PROPRIETÁRIO: Ordem Terceira de São Francisco

ADMINISTRAÇÃO: Fundarpe/Prefeitura Municipal de Triunfo

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 3358/94

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 13.091 de 18 de julho de 1988

DESCRIÇÃO

O Cine Teatro Guarany foi inaugurado em 1922 representando um marco na vida cultural de triunfo e de toda a região. Sua construção teve início em 1919, por iniciativa dos irmãos Manoel e Carolino Siqueira Campos, prósperos comerciantes da cidade na época. O edifício foi inaugurado com o espetáculo “Cenas Mudas”, sucesso na época.

Trata-se de uma construção de grande porte arquitetônico, localizado no centro urbano da cidade, em frente a um grande lago artificial. Seu estilo faz lembrar os casarões em estilo monárquico. A edificação original apresenta planta retangular, disposta em três planos, com características específicas ao uso, apesar das mudanças ocorridas no seu interior que dificultam a leitura dos seus espaços originais.

Apesar das alterações, o prédio mantém todo o seu porte grandioso que o coloca numa posição de destaque na região.

CINEMA GLÓRIA

ENDEREÇO: Rua Direita, 127 (Fachada principal voltada para a Praça Dom Vital) – São José

PROPRIETÁRIO: Maria José Ferreira Leite

ADMINISTRAÇÃO: Maria José ferreira Leite

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.475/81

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.443, de 28 de fevereiro de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 68 Livro de Tombo II, fls.06

DESCRIÇÃO

No Recife, a primeira sala de exibição foi a do Cinema Helvética, na Rua do Imperador. Outros cinemas foram surgindo, e, por volta da década de 20, já funcionavam na cidade os cinemas Royal; na Rua Nova; o Ideal, no Pátio do Terço, o São José; na Rua das Calçadas, o Universal e o Popular; na Praça do Mercado de São José, e o Moderno; na atual Praça Joaquim Nabuco. No local onde funcionava o Cinema Popular, cita o Diário de Pernambuco, de 4 de setembro de 1926: “a Praça do Mercado nºs 38 e 42, inaugurar-se-á, hoje, pelas 17 horas, o Cinema Glória”.

O cinema é constituído de dois edifícios, cujas frentes estão voltadas para o Pátio do Mercado de São José. O cinema Glória pertencia aos senhores Álvaro Leite e Luís Ferreira Leite.

O Glória era um cinema pequeno. Antigamente havia nele a 1ª e a 2ª classes. Com a extinção da última, a sala de projeção ficou com 351 cadeiras, substituídas por outras novas na década de 70, e mais os dois balcões ou camarotes laterais. No tempo do cinema mudo o Glória tinha sua própria orquestra.

CINEMA SÃO LUIZ

ENDEREÇO: Edifício Duarte Coelho, rua da aurora, nº 175, Boa Vista

PROPRIETÁRIO: Grupo Severiano Ribeiro

ADMINISTRAÇÃO: Grupo Severiano Ribeiro/Fundarpe

PROCESSO DE TOMBAMENTO:

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 33.465, de 01 de junho de 2009

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA:

O edifício Duarte Coelho, que abriga o Cinema São Luiz, ocupa uma quadra inteira da cabeceira da ponte Duarte Coelho, situada no bairro da Boa Vista. O edifício conta com 13 pavimentos, dos quais os quatro primeiros são ocupados pelo cinema São Luiz e por uma série de estabelecimentos comerciais. Já os demais andares são destinados ao uso residencial. O cinema São Luiz tem acesso pela Rua da Aurora e duas saídas pela Avenida Conde da Boa Vista e Rua Douro Sebastião Lins. A sala de exposições de filmes tem dois andares, sendo um deles configurado como balcão. A sala de exibição tem acesso pelo hall principal e pela sala de estar situada no primeiro pavimento. As poltronas foram inicialmente construídas em madeira e revestidas de estofado vermelho, cegando a comportar 1.340 assentos. O vestíbulo externo de acesso ao Cinema conta com duas bilheterias e pé direito duplo, enfatizando a sua monumentalidade. O acesso ao cinema acontece por meio de esquadrias de vidro, que dão acesso ao hall principal com rico tratamento arquitetônico, à base de materiais nobres tais como o mármore, vidros espelhados e bronze. Neste ambiente, o piso e as paredes são revestidos em mármore branco; as esquadrias e portas são de madeira fosca; nas paredes laterais são fixadas grandes lâminas de espelhos em tom cobre e de frente um bellissimo painel do artista Lula Cardoso Ayres. O interior do cinema é decorado com pinturas e trabalhos em alto-relevo em tons dourados, vermelhos e esverdeado, inclusive o teto, e painéis laterais que remetem a trabalhos feitos a ouro. As atividades do cinema transcorreram desde a sua inauguração, em 1952, até janeiro de 2007, quando o cinema fechou suas portas. Em 2009 deu-se início a sua reforma e em 28 de dezembro do mesmo ano, o cinema São Luiz foi reinaugurado pela Fundarpe.

O cinema foi devolvido à cidade do Recife e ao Estado de Pernambuco, garantindo a preservação de suas características arquitetônicas essenciais, resgatando, assim, um ícone arquitetônico e simbólico para a cidade do Recife.

CONJUNTO AMBIENTAL, PAISAGÍSTICO E HISTÓRICO DO PRATA

ENDEREÇO: Reserva Florestal de Dois Irmãos-Recife

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: Compesa

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 2.959/91

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 10.076, de 7 de janeiro de 1985

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 03 Livro de Tombo III, fls. 01

DESCRIÇÃO

Em 1837 foi organizada a Companhia do Beberibe, primeira empresa pernambucana cuja finalidade era abastecer de água potável a cidade do Recife. O manancial escolhido inicialmente foi o Rio Beberibe. Em 1841, entretanto, o projeto que optava por esse rio foi substituído por outro, cuja escolha de manancial recaiu sobre o riacho do Prata. As obras do Açude ficaram concluídas em 1848 e no mesmo ano foi oficialmente posto em funcionamento.

Além do Prata, mais três açudes: do Meio, do Germano e de Dois Irmãos, compunham o Sistema de Abastecimento de água da antiga Companhia de Beberibe. Ao longo dos 74 anos de serviços que a Companhia à população do Recife, vários equipamentos foram pouco a pouco incorporados ao sistema de abastecimento, entre eles o Chalé da Prata. A construção segue o gosto eclético, identificando-se pelo uso de um telhado, com arremates em madeira, e corpo em dois andares. Outra construção que se destaca na área é o prédio da Usina de Dois Irmãos, de estilo clássico inglês, construído no final do século XIX. A Mata de Dois Irmãos constitui uma das poucas áreas remanescentes da Mata Atlântica no Grande Recife, onde é possível se observar ainda árvores de grande porte como: visgueiros, sapucais, mamajubas, jatobás, etc.

CONJUNTO FABRIL TACARUNA

ENDEREÇO: Av. Gov. Agamenon Magalhães, 5091 – campo Grande

PROPRIETÁRIO: Banco Econômico S.A.

ADMINISTRAÇÃO: Secretaria da Juventude e Cidadania

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 2.374/93

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 18.229, de 16 de dezembro de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 13 Livro de Tombo III, fls. 3v.

DESCRIÇÃO

Tacaruna é palavra indígena, *itacoaruna*; que significa pedra do buraco preto. A construção do conjunto fabril data de fins do século XIX. Em 1890, a Companhia Industrial Açucareira, com sede no Rio de Janeiro, decide fundar e explorar grandes fábricas de refinar açúcar no Rio de Janeiro e no Recife, vindo a ser proprietária da Usina Beltrão ou Fábrica Tacaruna. Em 1895 o açúcar começou a ser produzido, numa fábrica que pela primeira vez em Pernambuco foi construída em concreto armado e de alta qualidade técnica e estética. Mas em 1897 a Usina começa a enfrentar dificuldades financeiras e foi vendida, posteriormente sendo adaptada para a indústria têxtil. Durante trinta anos a empresa têxtil comercializou cobertores populares que se tornaram conhecidos como Cobertores Tacaruna. Após sucessivas crises e mudança de proprietário, em 1992 a produção têxtil da Fábrica Tacaruna é paralisada. A qualidade da edificação, tanto do ponto de vista estético quanto as técnicas de construção, reforçam a convicção do esmero do empreendimento.

CONJUNTO URBANO DA RUA DA AURORA

ENDEREÇO: Bairro da Boa Vista - Recife

PROPRIETÁRIO: Diversos

ADMINISTRAÇÃO: Diversos proprietários

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 3.522/83

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 10.714 de 09 de setembro de 1985

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 09, Livros de Tombo III, fls. 02

DESCRIÇÃO

O Conjunto Urbano da Rua da Aurora está localizado no centro da cidade, entre as ruas da Imperatriz e João Lyra. Possui uma situação privilegiada, voltado para o nascente e margeando o Rio Capibaribe. O início de sua ocupação regular deu-se a partir do começo do século XIX. Iconografia do Recife datada de meados do século XVIII mostra-nos as terras da Boa Vista com algumas poucas edificações situadas na cabeceira da antiga ponte construída por Maurício de Nassau, nas proximidades do local onde hoje está a ponte da Boa Vista. A Rua da Aurora surgiu anos depois do chamado aterro de Boa Vista, feito entre os anos de 1737 e 1746. As terras situadas entre os dois extremos dela – desde a Ponte da Boa Vista até a do Limoeiro – eram cobertas por grandes mangues, ou simplesmente terrenos alagados. O Conjunto faz parte do Sítio Histórico do bairro da Boa Vista, Decreto Municipal de nº 11.888, de 26 de março de 1981 que o elege como Zona de Preservação Rigorosa. Sobre a Rua da Aurora escreveu Gilberto Freyre: “Da Rua da aurora já se disse que é uma das mais caracteristicamente recifenses: talvez a mais recifense. É de todas a mais cortejada pelo Rio Capibaribe. Seu nome é poético”.

ENGENHO AMPARO

ENDEREÇO: Ilha e município de Itamaracá

PROPRIETÁRIO: Jorge Xavier de Moraes Filho

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº 818/85

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 11.239, de 11 de março de 1986

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 84 Livro de Tombo II, fls.9 v.

DESCRIÇÃO

O Engenho Amparo provavelmente já existia no final do século XVII, pois há registro de mais um engenho funcionando na ilha desde o início desse mesmo século.

Em 1813 Henry Koster, inglês radicado em Pernambuco, planta cana-de-açúcar no Engenho Amparo, dividindo com o proprietário a safra, como era prática na época.

Desde 1933 pertence à família Xavier de Moraes, tendo o primeiro deles, Joaquim Xavier de Moraes, modernizando o engenho que passou a funcionar vapor, com esteira, sofisticado para a época.

O Engenho Amparo é um exemplar arquitetônico de uma fase muito significativa no desenvolvimento social e econômico de Pernambuco, o ciclo do açúcar. Apesar das várias descaracterizações, existe ainda o conjunto que compunha o núcleo inicial do engenho: capela, casa grande, moita e senzala.

ESCOLA RURAL ALBERTO TORRES

ENDEREÇO: Av. Dr. José Rufino, s. nº - Tejipió

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: Secretaria de Educação

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.037/86

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 17.289, de 31 de janeiro de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 94 Livro de Tombo II, fls. 11.

DESCRIÇÃO

A Escola Rural Alberto Torres foi construída no Recife seguindo os princípios da arquitetura moderna, de influência nitidamente européia, que já despontava no final da década de 20 em algumas residências do Rio de Janeiro e São Paulo. No Recife, a nova arquitetura desabrochou por iniciativa do arquiteto Luiz Nunes e sua equipe, que formavam a Diretoria de Arquitetura e Construção (DAC), posteriormente transformada em Diretoria de Arquitetura e Urbanismo (DAU), que tinha como objetivo principal, a construção de edifícios com finalidades públicas. Entre 1935 e 1937 surgiram várias construções pioneiras com uma linguagem diferente para a época inspirada na corrente racionalista dos grandes mestres europeus, como: Le Corbusier, Gropius, Miss Van de Rohe, e outros. A Escola foi inaugurada em 1936, despontando como um marco da arquitetura moderna no Brasil. O edifício tem dois pavimentos, com distribuição idêntica dos seus ambientes nos dois planos.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PETROLINA

ENDEREÇO: Confluência das Avenidas de São Francisco e Nações Unidas – Centro Petrolina

PROPRIETÁRIO: Serviço de assistência Familiar/Funerária

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.421/84

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 10.075, de 07 de janeiro de 1985

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 80 Livro de Tombo II, fls. 8v.

DESCRIÇÃO

A “Passagem de Juazeiro”, como era conhecido o local onde se fazia o transporte de cargas e pessoas que vinha de Pernambuco, da província da Bahia e de outros estados, deu origem a cidade de Petrolina. Em 1923 a Estação Ferroviária foi inaugurada, compreendendo o primeiro trecho de 62 km – Petrolina – Pauferro – da Estrada de Ferro – Terezina, essa ferrovia foi de grande importância na concentração de população e escoamento de produção. A dinâmica destas cidades estava diretamente influenciada pelas ferrovias, pois outras povoações se esvaziavam e, decorrência do desvio feito pela ferrovia para outras áreas de produção. A edificação possui um bloco central, distribuído em dois pavimentos, e duas alas laterais térreas, perfeitamente simétricas. A plataforma tem cobertura em telhas de chapas metálicas sobre madeiramento, este arrematado por lambrequins de madeira.

FORTALEZA DE SANTO INÁCIO DE TAMANDARÉ – FORTALEZA DE TAMANDARÉ

ENDEREÇO: Município de Rio Formoso – Distrito de Tamandaré

PROPRIETÁRIO: Ministério da Marinha

ADMINISTRAÇÃO: Ministério da Marinha

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 0470/84

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 20.914, de 08 de outubro de 1998

DESCRIÇÃO

As referências mais antigas dão conta que no período da ocupação holandesa, foi levantada uma fortificação na baía de Tamandaré, pelos brasileiros insurrectos, após o desembarque, naquele local, de André Vidal de Negreiros. Segundo se deduz de um relatório de Francisco Barreto de Menezes, de 23 de maio de 1655, essa construção era apenas uma “plataforma com oito peças de artilharia, que ainda se mantinha com a sua guarnição”. Expulsos os holandeses, foi proposta ao governo de Portugal, por João Fernandes Vieira, a construção de uma fortaleza no local da construção inicial, considerada a importância potencial do seu porto natural. Em 1711, a fortaleza foi palco de combates da Guerra dos Mascates. Em 1824 foi ocupada pelos revolucionários da Confederação do Equador. O Imperador Dom Pedro II visitou a fortaleza em 13 de dezembro de 1859, fazendo uma minuciosa descrição em seu diário. A edificação tem um partido de planta quadrangular, com baluartes em ponta, nos ângulos do quadrado; estes baluartes estão ligados entre si pelos terraplenos em três lados e pelo pavimento superior na frente. O acesso da fortaleza se faz por uma estrada calçada de paralelepípedos que substituiu a rampa original e a ponte móvel que dava acesso ao edifício a sua estrutura primitiva. A entrada do forte é reta, tal qual a da Fortaleza das Cinco Pontas. Vestígios do antigo fosso que circundava a edificação persistem na forma de uma vala. No recinto da fortaleza são conservadas as antigas imagens da capela, entre as quais se destaca a imagem do padroeiro em terracota medindo cerca de 60 cms. E um crucifixo. Existem também oito canhões na cortina defronte ao mar. O espaço da fortaleza é ocupado pela comunidade nos diversos ciclos festivos do calendário local. A festa principal da comunidade é em honra ao padroeiro Inácio de Loyola.

HOSPITAL PEDRO II

ENDEREÇO: Rua dos Coelho, s/nº, Bairro dos Coelho

PROPRIETÁRIO: Santa Casa da Misericórdia

ADMINISTRAÇÃO: Instituto Materno Infantil de Pernambuco

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 1045/98

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 31.573, de 26 de março de 2008

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA:

DESCRIÇÃO

O hospital Pedro II foi projetado pelo engenheiro José Mamede Alves Ferreira, autor de vários edifícios importantes da cidade do Recife, como a antiga Casa de Detenção e o Ginásio Pernambucano. Teve sua pedra fundamental lançada no dia 25 de março de 1847. Foi um dos primeiros edifícios públicos do Recife, construído no século XIX para funções específicas. Ao final do século XIX o Pedro II era referência. Segundo jornal da época, o hospital tinha 483 doentes e 146 empregados internos, três carros, grande lavanderia a vapor, salão de costura, sala de autópsias, quartos para observação de doentes tacados de moléstias suspeitas, quartos para criados, jardins, hortas, cocheiras para cavalos e grande estábulo para vacas. Os três pavimentos estavam ocupados e funcionando. Desde 1920, o Hospital Pedro II vinha servindo ao ensino médico da Faculdade de Medicina do Recife. Em 1954, a então Universidade do Recife cria o Hospital das Clínicas da faculdade de Medicina no Hospital Pedro II, que passa a ser denominado – Hospital das Clínicas. Com a conclusão da transferência do das Clínicas para o bairro do Engenho do meio, em 1985, A Santa Casa de Misericórdia firma convênio e transfere à administração do edifício do Pedro II ao Governo do Estado, mais especificamente a Secretaria Estadual de Saúde. Passados 160 anos de que foi projetado, começa-se a escrever um novo capítulo na história do edifício. O IMIP – Instituto Materno infantil de Pernambuco Professor Fernando figueira, firmou contrato de locação com duração de 20 anos com a Santa Casa de Misericórdia, integrando o antigo Hospital Pedro II ao complexo hospital do IMIP.

HOSPITAL ULISSES PERNAMBUCANO

ENDEREÇO: Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 2.130 - Tamarineira

PROPRIETÁRIO: Santa Casa de Misericórdia/Arquidiocese de Olinda e Recife

ADMINISTRAÇÃO: Santa Casa de Misericórdia/Arquidiocese de Olinda e Recife

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 0737/87

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 15.650 de 20 de março de 1992

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº90, Livro de Tombo IV, fls. 10 v.

DESCRIÇÃO

O antigo Hospital de Alienados TVE sua construção iniciada em 1874, com projeto do engenheiro francês Victor Fournié. A obra só foi inaugurada em janeiro de 1883, mesmo sem estar totalmente concluída. Em homenagem ao grande médico psiquiatra Ulysses Pernambucano de Mello, de importante atuação no Recife, o hospital veio a tomar o seu nome, sendo hoje um marco na memória da cidade. O hospital foi planejado atendendo às normas mais avançadas do ponto de vista médico e arquitetônico da época, com utilização do sistema pavilhonar, então o preceito mais moderno, sendo, portanto pioneiro no Brasil, neste aspecto. O edifício obedece às características do gosto neoclássico, tanto no aspecto clássico, quanto na volumetria, sendo este o estilo então adotado internacionalmente. A área tombada tem 91.375,20 metros quadrados.

IGREJA N. SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS

ENDEREÇO: Praça Dom Luiz de Brito- Centro de Vitória de Santo Antão

PROPRIETÁRIO: Arquidiocese de Olinda e Recife

ADMINISTRAÇÃO: Paróquia de Vitória de Santo Antão

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 2.423/80

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 10.076, de 07 de janeiro de 1985

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 79, Livro de Tombo II, fls.08

DESCRIÇÃO - A cidade de Vitória de Santo Antão está localizada numa região desbravada e povoada no final do século XVI e início do século XVII. A povoação intensificou-se a partir de 1626, quando o português Diogo Braga “construiu à margem esquerda do Tapacurá, algumas casas onde se fixou com seus parentes, e uma capela que dedicou a Santo Antão”. O povoado entrou para a história de Pernambuco por ter sido palco de célebre batalha travada no monte das Tabocas, no dia 03 de agosto e 1645, quando os lusos-brasileiros liderados por Antônio Dias Cardoso e João Fernandes Vieira derrotaram os flamengos que estavam sob o comando do Tem. Coronel Hendrick Van Haus. Além da capela dedicada a Santo Antão, contou aquela povoação com dois outros templos: A igreja do livramento e a de N. Sra. Do Rosário. De acordo com o anuário Católico e Estatístico da Arquidiocese de Olinda e Recife, a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída em 1738, pelo bispo Dom Frei José Fialho. O templo serviu de Matriz da cidade enquanto se reconstruía a de Santo Antão, até o dia 27 de julho de 1880. A igreja possui planta retangular, dividida em nave central, coro, dois corredores laterais que se repetem no 1º pavimento, e capela mor ladeada por sacristias. O interior da nave com características da segunda metade do século XIX é bastante simples. Toda a nave possui forro em madeira pintada na cor azul. O forro abobadado em madeira do tipo junta possui pintura artística nas laterais. Acima do altar mor, na área limitada pelo arco do forro e a cimalha, pintura artística de N. Sra. Do Rosário entre nuvens e anjos. O Arco Cruzeiro, assim como o altar mor e os outros elementos do interior (cercaduras, friso, etc.) são em massa. Segundo o professor José Luiz da Mota Menezes: “Esta igreja corresponde à implantação da arquitetura neoclássica na arquitetura religiosa em fins do século XVIII e início do XIX”.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - CABROBÓ

ENDEREÇO: Centro - Cabrobó

PROPRIETÁRIO: Paróquia de Cabrobó

ADMINISTRAÇÃO: Paróquia de Cabrobó

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 3.198/86

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 14.967, de 15 de abril de 1991

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº. 89 Livro de Tombo II, fls. 10v.

DESCRIÇÃO

A primeira matriz de N. Senhora Da Conceição foi destruída pela grande cheia do rio São Francisco em 1792. Depois foi construída a segunda Matriz sob a invocação de N. Senhora Da Conceição, em 1838, patrocinada por D. Brígida Maria das Virgens, grande proprietária de terras na região. A povoação de Cabrobó foi atingida por outra enchente, em 1919, provocando nova transferência para um ponto mais elevado, local atual do município. Daquela cheia de 1919, sobreviveu a monumental Igreja de N. Senhora Da Conceição, em razoável estado de conservação. Em frente à igreja e ao seu redor podem ser vistos restos de alicerces e ruínas das antigas construções que ali existiam. O traço neoclássico dominante em toda a composição da igreja, nas linhas de fachada, se suaviza com o desenho de gosto rococó do frontão. E no interior, os arcos existentes entre as naves e as ilhargas da capela-mor dão um toque de singeleza aos grandes ambientes do partido. No altar-mor, as influências mestiças são vistas dispostas com harmonia. Permanecem do antigo acervo da igreja, as imagens de N. Sra. Da Conceição, N. Sra. Da Soledade, Senhor Bom Jesus dos Passos e o Senhor Morto.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO LORETO

ENDEREÇO: Piedade – Jaboatão dos Guararapes

PROPRIETÁRIO: Diocese de Jaboatão dos Guararapes

ADMINISTRAÇÃO: Diocese de Jaboatão dos Guararapes

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 40/86

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 1.632, de 9 de março de 1992

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: nº 91 Livro de Tombo II, fls.11.

DESCRIÇÃO

Edificação harmoniosa, construída em meados do século XVII, sofrendo transformações e ampliações posteriores, desde a influência do estilo barroco às adaptações mais recentes. Originalmente a igreja possui uma linguagem maneirista. O seu frontispício se limitava ao atual corpo central da igreja, e como nas primeiras igrejas jesuíticas, não apresenta torre, sendo depois recoberto por um frontão triangular com óculo central. Atualmente a sua planta conserva o partido retangular e simétrico. Possui uma nave única e a capela-mor, com paredes mais espessas que a dos ambientes em torno, provavelmente forma a parte mais antiga da igreja. A igreja apresenta os seguintes elementos em pedra: o arco cruzeiro, uma pia batismal e uma pia de água benta.

IGREJA DE SANTO AMARO DAS SALINAS

ENDEREÇO: Praça frei Caneca – Santo Amaro

PROPRIETÁRIO: Arquidiocese de Olinda e Recife

ADMINISTRAÇÃO: Paróquia de Santo Amaro

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe, 747/81

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 9.122, de 13 de janeiro de 1984

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 78 Livro de Tombo II, fls. 08

DESCRIÇÃO

A construção da Capela de Stº Amaro das Salinas, provavelmente, data do final do século XVII. O sítio onde ela está localizada pertencia a Francisco do Rêgo Barros. Em 1774 além da capela, existiam no local, inúmeras casas deromeiros. Em 1800 os moradores das redondezas organizaram uma irmandade sob invocação do santo padroeiro, e adquiriram a capelas e seu patrimônio. Ao final do século XIX a capela já estava em ruínas, em 1894 concluíram-se as obras de sua reconstrução. A igreja de Santo Amaro das Salinas é uma construção barroca com uma nave, capela-mor, sacristia ao lado esquerdo do altar-mor, galerias térreas e superiores e uma dependência sobre a sacristia. Existem dois altares laterais nas grossas paredes da nave principal. O piso é todo em mosaico e as paredes são todas rebocadas e pintadas de branco na parte interna e externa.

IGREJA DE SÃO LOURENÇO DE TEJUCUPAPO

ENDEREÇO: Zona Rural – Tejucupapo - Goiana

PROPRIETÁRIO: Diocese de Nazaré da Mata

ADMINISTRAÇÃO: Diocese de Nazaré da Mata

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 3.248/87

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 17.563 de 02 de junho de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 97, Livro de Tombo II, fls.12.

DESCRIÇÃO

O povoado de Tejucupapo possui apenas uma larga rua, com dimensões quase de praça, e casas concentradas próximas à capela de S. Lourenço e às ruínas da capela de N. Sra. Do Rosário. Situada em uma colina à beira-mar, ao sul da foz do rio Goiana, é banhada pelo rio de mesmo nome. Não se sabe ao certo a data de sua construção, sendo provavelmente de meados do século XVI, portanto uma das mais antigas do estado de Pernambuco. A igreja de S. Lourenço apresenta características da arquitetura jesuítica, possui torres, apresentando em seu frontispício uma sineira do tipo “espadana” e que comporta dos sinos. O frontispício é formado por um frontão triangular com óculo circular no centro, arrematado no alto por uma cruz e por pináculos nas extremidades. O partido de planta é retangular compreendendo nave, capela-mor, capelas laterais, sacristia, em dois níveis, coro, campanário e um ambiente por trás do altar-mor que se repete no 1º pavimento. A coberta da nave desenvolve-se em duas águas, em nível mais lato que os demais ambientes rematada por beiral em tríplice telha. O cruzeiro situado defronte ao templo é em alvenaria de tijolo com cruz esculpida em pedra. A igreja possui um bom acervo de imagens. Duas imagens em pedra sendo que a de São Lourenço possui traços bem rústicos e primitivos e remonta provavelmente à construção da igreja, e oito imagens em madeira policromada.

IGREJA MATRIZ DE SÃO JOSÉ DOS BEZERROS

ENDEREÇO: Praça da Matriz, centro da cidade.

PROPRIETÁRIO: Diocese de Caruaru

ADMINISTRAÇÃO: Diocese de Caruaru

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 0628/84

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 10.715 de 09 de setembro de 1985

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 82 Livro de Tombo II, fls. 09.

DESCRIÇÃO- Informa Sebastião de Vasconcelos Galvão no seu Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco, que a origem da cidade de Bezerros deu-se a partir da criação de duas fazendas de gado pertencentes aos irmãos Terciano Torres e Zenóbio Torres. A eles sucederam como proprietários das duas fazendas, os irmãos José Bezerra e Francisco Bezerra. Esses edificaram naquelas terras, uma capela sob a invocação de S. José, a qual foi mais tarde reedificada pelos seus descendentes em fins do século XVII. A tradição local conta outra história: a capela teria sido construída por Zenóbio Bezerra Torres, como agradecimento por uma graça alcançada: sua filha teria se perdido e encontrada dias depois sã e salva. Existe na igreja um quadro que relembra o acontecimento. A igreja possui nave única, ladeada por alas laterais capela mor, capela do Santíssimo e um salão denominado de S. Vicente, além do coro e de duas outras alas que se superpõem às primeiras. Exteriormente, a Matriz de S. José é simples nos seus ornatos e matizes, todavia guarda um porte "grandiloquente", sobretudo pelas proporções marcantes de suas torres compostas de quatro seções. A cobertura é em telha canal apresentando no corpo principal, platibanda, e na área correspondente ao salão S. Vicente, de época mais recente, terminações em beiral com cornija. O arco cruzeiro em massa possui grade em ferro. A Capela Mor apresenta altar em talha branca e dourada do período barroco tardio. Nele se destaca o crucifixo com esplendor de grandes proporções.

IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA RAINHA DOS ANJOS

ENDEREÇO: Praça do Centenário s/n, Centro - Petrolina

PROPRIETÁRIO:

ADMINISTRAÇÃO: Paróquia de Petrolina

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 3.197/86

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 22.647 de 19 de setembro de 200

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº. 102, fl.13 E 13 v.

DESCRIÇÃO - As obras da igreja foram concluídas em 1860, dando início ao assentamento urbano do município que se estende a partir das margens do rio, penetrando para o norte. A igreja, edificada no final do século XIX, apresenta nas suas fachadas elementos característicos do estilo neoclássico. O edifício apresenta três naves, coro, capela-mor e sacristias laterais. O frontispício da igreja apresenta três portas em nível de acesso no térreo, superpostas por igual número de janelas ao nível do coro, todas com vergas retas. O frontão é triangular, arrematado por uma linha de cornija que se liga com as torres. As torres são coroadas com cúpulas de forma piramidal. A igreja possui um bom acervo de imagens em madeira policromada. A imagem da padroeira é secular, tendo vindo de Santa Maria da Boa Vista. Foi roubada em determinada época e executada a sua reprodução, em cedro. A imagem primitiva encontrada mais tarde retornou à igreja, hoje permanecendo as duas.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS

ENDEREÇO: Praça da República, Bairro de Santo Antônio

PROPRIETÁRIO: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

ADMINISTRAÇÃO: Universidade Católica de Pernambuco

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 2.202/91

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 17.348, de 28 de fevereiro de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 96 Livro de Tombo II, fls.12.

DESCRIÇÃO

O Liceu de Artes e Ofícios está integrado no Sítio Histórico da Praça da República. O prédio foi inaugurado em 1880 para abrigar a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, que reunia profissionais ligados às artes. Dez anos mais tarde, essa Sociedade havia ampliado seu campo de atuação, oferecendo aos interessados aulas de geometria, desenho, arquitetura e letras. Desconhece-se o autor do projeto, porém sabe-se que foi trabalho da própria Escola. A arquitetura daquela época expressava-se pelo ideário do ecletismo. O projeto seguia uma modalidade dessa corrente que mantinha vínculos com o neoclassicismo francês. O Liceu possui dois pavimentos, com o térreo de pé direito muito baixo, se assemelhando a um porão. As linhas básicas da composição do edifício estão marcadas por pilastras que acompanham até platibanda e são arrematadas por pináculos de cimento. A planta em forma de "U" e simétrica ao eixo transversal, com dois grandes salões no pavimento superior, ao qual se tem acesso por escadaria externa, centralizada na fachada e trabalhada em mármore, com guarda-corpo em ferro.

AMBIENTES DE ORIGEM E MEMÓRIA DE LUIZ GONZAGA

ENDEREÇO: Exu

PROPRIETÁRIO: Maria do Amparo Aires de Alencar e Elenilde Maria Parente de Alencar

ADMINISTRAÇÃO: ONG Aza Branca e outros

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 18.875

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 33.716, de 31 de julho de 2009

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA:

DESCRIÇÃO

O município de Exu está localizado no Noroeste pernambucano, precisamente no sertão do Araripe, distando 630 km do Recife. Luiz Gonzaga foi o segundo filho de Januário e Santana. Nascido no dia 13 de dezembro de 1912 na fazenda caiçara – às margens do riacho da Brígida – Luiz Gonzaga veio ao mundo anunciado por uma estrela cadente. Foi com seu pai que ele aprendeu a tocar e venerar a sanfona. Predestinado, Luiz conseguiu cruzar o solo ingrato do sertão pernambucano, vencendo as condições inóspitas daquele lugar, saindo do anonimato e levando sua música para conquistar o mundo. Luiz Gonzaga deixou em Exu amigos, fãs, parentes e também um patrimônio cultural inestimável. Após carreira consolidada retornou para a sua cidade para morar, onde também construiu o seu centro da memória da música nordestina – o Parque Aza Branca. O local possui cerca de 3 ha e equipamentos que servem aos mais variados programas, musicais, culturais, cívicos, e onde também se encontra a sua casa. Na fazenda Caiçara ele nasceu em uma casinha que não existe mais e viveu dos onze aos dezoito anos em outra asa já na Fazenda Araripe. Esta casa de onde Luiz Gonzaga saiu quando deixou Exu fez parte do imaginário de suas músicas. Considerando a importância da obra de Luiz Gonzaga, e os locais da sua cidade natal foram tombados: a casa antiga de Januário na fazenda Araripe, o Parque Aza Branca compreendendo todos os seus equipamentos, imóveis e seus bens móveis integrados, considerados acervo museológico.

MURAL PICTÓRICO DE HÉLIO FEIJÓ

ENDEREÇO: Av. Visconde de Albuquerque, nº275, Madalena

PROPRIETÁRIO: Elsa Moura

ADMINISTRAÇÃO: Elsa Moura

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 1602/93

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 6.239, de 11 de janeiro de 1980

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 17.700, de 21 de julho de 1994

DESCRIÇÃO - Pintado em 1940, por solicitação do médico Arthur Moura, para sua residência na Av. Visconde de Albuquerque nº 275, no bairro da Madalena, o mural é uma das mais expressivas obras do artista plástico pernambucano Hélio Feijó. Foi executado sobre um suporte em cimento, ressaltando três cm da superfície da parede, sendo contornado por cantoneiras de ferro. A pintura representa uma mulher sentada, com uma criança nos braços, tendo ao lado duas grandes jarras de barro, sobre as quais pedem folhagens. Sobre a base branca, as figuras foram trabalhadas nas cores terra, azul e verde. As formas são volumosas e arredondadas, denotando a clara influência modernista de Portinari. Hélio Feijó nasceu no Recife, a 26 de janeiro de 1913. Iniciou no aprendizado da pintura e do desenho aos 15 anos de idade. Em 1931 expôs no Salão Nacional de Belas Artes um quadro a óleo. Em 1932 tornou-se amigo e discípulo de Cândido Portinari, daí resultando a influência do grande mestre em sua pintura. Em 1947, o artista criou a “Sociedade de Arte Moderna do Recife” – SAMR – com a participação de Abelardo da Hora, Ladjane Bandeira e Delson Lima. Ligou-se aos Modernistas, e mesmo quando parece abstrata sua pintura lembra – como referiu Ariano Suassuna – um “espírito semelhante ao daquela rebeldia didática da Semana de 22”.

PALÁCIO DA JUSTIÇA

ENDEREÇO: O Palácio da Justiça situa-se no bairro de Santo Antônio, voltado para a Praça da República.

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: Poder Judiciário

PROCESSO DE TOMBAMENTO: nº Fundarpe 2.203/91

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO; Nº 17.288, de 31 de janeiro de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 93 Livro de Tombo II, fls. 11.

DESCRIÇÃO - O Palácio da Justiça é um dos quatro monumentos que compõem um conjunto majestoso que delimita a Praça da República. Lá estão o Teatro de Santa Isabel, inaugurado em 1850, projeto de Vauthier; o Palácio do Governo, iniciativa do Conde da Boa Vista em 1840, já acrescido de mais um pavimento e seu novo aspecto eclético e o Liceu de Artes e Ofícios do final do século XX. O Palácio da Justiça foi construído no período de seis anos, de 1924 a 1930. O projeto em estilo neoclássico é do arquiteto italiano Giacomo Palumbo. A planta, obedecendo às condições do terreno apresenta ambientes que se sucedem em três blocos, dois laterais simétricos ao bloco central, este coroado pela imensa cúpula e marcado por imponente acesso através de uma escadaria em granito natural. Aí se destacam dois pares de colunas de capiteis coríntios, assentadas numa base retangular de grandes proporções. Possuindo originariamente quatro pavimentos, inclusive o portão, o edifício recebeu mais dois pisos, abaixo da cúpula, assim como outras alterações internas, devido à necessidade de aumento

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS

ENDEREÇO: Praça da República às margens do Rio Capibaribe

PROPRIETÁRIO: Governo do Estado

ADMINISTRAÇÃO: Governo do Estado

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 2201/91

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 32.147, de 29 de julho de 2008

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº15, Livro de Tombo III, fls.04

DESCRIÇÃO - O Palácio do campo das Princesas e seus arredores sempre representaram um marco de grande importância na paisagem histórica de Pernambuco, devido a sua forte carga simbólica, tanto política quanto social: local privilegiado de disputas territoriais e econômicas, além de centro de poder nos tempos da invasão holandesa; moradia dos Governadores da Província no período da Restauração; fixação do Erário Régio, após a demolição do Palácio de Friburgo; e Palácio Provincial do Conde da Boa Vista posteriormente transformado em Palácio do Governo do Estado, na República.

Em 1840 inicia-se a construção do Palácio do Governo, cuja obra é atribuída ao Coronel Firmino Herculano de Moraes âncora. Em 1842, o engenheiro francês Louis Léger Vauthier assume as obras do Palácio, no lugar do coronel Firmino de Moraes. Em 1852 o Palácio passou por uma ornamentação para receber a visita do Imperador D. Pedro II e sua família. Em homenagem às filhas do governante, a praça em torno do Palácio passou a ser denominado de Campo das Princesas, nome que posteriormente foi estendido ao edifício.

A arquitetura do Palácio do Campo das Princesas passou basicamente por dois estilos, o neoclássico e o eclético, acompanhado as tradições arquitetônicas das épocas. O neoclássico, produto da reação anti-barroco e anti-rococó, foi levado a cabo pelos novos artistas-intelectuais do século XVIII. Já o ecletismo denota a combinação de diferentes estilos históricos em uma única obra sem com isso produzir novo estilo.

PARQUE NILO COELHO DE ESCULTURAS MONUMENTAIS

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: EMPETUR

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 1.172/85

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 10.201, de 08 de março de 1985

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA:

DESCRIÇÃO

O Parque Nilo Coelho de Esculturas Monumentais está localizado numa área de 60 hectares na estância hidromineral de Fazenda Nova, município de Brejo da Madre de Deus e foi criado com o objetivo de assegurar a preservação da memória pernambucana no que diz respeito a seus tipos populares, costumes e tradições. A primeira escultura foi iniciada em 08 de setembro de 1978, nela trabalharam 14 escultores. O parque começa a ser montado em 1983. As peças, esculpidas em pedra granítica, estão agrupadas em nove setores: Setor 1 – Tipos populares; Setor 2 - Religioso; Setor 3 – Tocadores populares; Setor 4 – Folclore; Setor 5 – Tipos populares históricos; Setor 6 – Tipos populares; Setor 7 – Vendedores populares; Setor 8 – Símbolos e Setor 9 – Tipos populares. São figuras que ali se encontram agrupadas de acordo com a temática e todas elas bastantes integradas ao dia a dia do homem nordestino. O acabamento das peças e feito sem que haja um polimento perfeito da pedra, o que roubaria sua beleza natural. A execução das esculturas permite com que a população local tenha uma atividade rentável permanente, uma vez que os artesãos são pessoas da própria região. O empreendimento foi criado com o nome de Parque das Esculturas Monumentais em Pedra Granítica. Em 08 de março de 1985, através do Decreto Estadual nº 10.201, recebeu a denominação de Parque Nilo Coelho de Esculturas Monumentais em Pedra Granítica. O Parque foi oficialmente inaugurado em 29 de março de 1985.

PAVILHÃO LUIZ NUNES, ANTIGO PAVILHÃO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS

ENDEREÇO: Rua Jener de Souza, nº 130 – Derby.

PROPRIETÁRIO: Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

ADMINISTRAÇÃO: Instituto de Arquitetos do Brasil – PE

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº 2.211/84

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 11.193, de 18 de fevereiro de 1986

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL CULTURA: Nº 86 Livro de Tombo II, fls. 10.

DESCRIÇÃO

O Pavilhão de Verificação de Óbitos foi construído como anexo da também antiga Escola de Medicina e destinava-se a abrigar serviços do Laboratório de Anatomia Patológica. A obra foi uma das primeiras edificações construídas nos anos 30, sob influência de um movimento renovador da arquitetura em todo o mundo – encabeçada por Le Corbusier. O projeto, de 1937, de autoria do arquiteto Luiz Nunes, é mais um dos trabalhos da equipe da Diretoria de Arquitetura e Construção (DAC), depois Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, dirigida por ele. O edifício de três pavimentos apoiados por vigas e pilares, reflete a obstinação dos autores pelo despojamento e funcionalidade, tão característicos do movimento moderno.

MONUMENTO NATURAL “PEDRA”	PONTE ITAÍBA	PRAÇA DE BOA VIAGEM COM IGREJA DE 1707 E OBELISCO DE 1926
ENDEREÇO: Zona urbana do município de Pedra	ENDEREÇO: Paudalho - centro da cidade	ENDEREÇO: Boa Viagem - Recife
PROPRIETÁRIO: O município	PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Paudalho	PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal do Recife
ADMINISTRAÇÃO: Paróquia de Nossa Senhora da Conceição	ADMINISTRAÇÃO: Prefeitura Municipal de Paudalho	ADMINISTRAÇÃO: Arquidiocese de Olinda e Recife e Prefeitura da cidade do Recife
PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.022/85	PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1022/80	PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 2.509/89
DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 10.654, de 19 de agosto de 1985	DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 6.862 de 08 de novembro de 1980	DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: nº 17.671, de 11 de julho de 1994
INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 01 Livro de Tombo Iv, fls.01	INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 66, Livro do Tombo II, fls. 06	INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 12 Livro de Tombo III, fls. 3.
DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
<p>O povoamento da cidade de Pedra teve início em 1760, com escritura pública de patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição, numa fazenda de criação de gado de propriedade do Capitão-Mor Manuel Leite da Silva. A denominação de Conceição da Pedra, deriva da invocação da Igreja Matriz, e da grande pedra que domina a paisagem. O monumento geográfico natural possui forma cônica, inscrita numa circunferência com 3.822 m de diâmetro e 183 metros de altura. Possui ainda uma capela e um cruzeiro em seu cume, atraindo muitos turistas para a região.</p>	<p>A Ponte de Itaíba é um exemplar remanescente das pontes ferroviárias construídas no Estado no século XIX. Segundo relatório do Diretor de Obras Públicas, datado de 1874, a ponte “é uma obra mista, sendo a sua estrutura de ferro pelo sistema “Trellis”; o seu pavimento ou lastro é de madeira, repousando tudo em quatro pilares de alvenaria de forma cônica reta e muros de encosto também de alvenaria. A ponte Itaíba tem extensão de 133,00 metros e atravessa o rio Capibaribe, no centro da cidade de Paudalho, zona da mata; sua construção iniciou-se em 18.05.1872 e terminou em 1876, dirigida por engenheiros pernambucanos da antiga Repartição das Obras Públicas do Estado.</p>	<p>Marco primordial do processo de formação do povoado da boa viagem – existente já em 1743 – a Igreja ainda deu o nome a praia, hoje bairro de Boa Viagem. O obelisco, de 1926, e feito em uma só pedra, marca a conclusão da Avenida Boa Viagem e de sua consolidação como bairro. A praça, inicialmente destinada à reserva de área verde e lazer, foi aos poucos ocupada pelo comércio ambulante. Embora a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem traga em seu frontispício a data de 1707, não se sabe ao certo a data de sua inauguração, tendo como referência mais remota de seu funcionamento o ano de 1730. A Igreja, apesar das modificações sofridas, traz a marca do estilo barroco setecentista. Harmoniosa na simetria da composição, marcada por colunas que correspondem à nave central e galerias laterais. Apresenta três portas, com duas janelas, e óculo central, ao nível do coro, e frontão triangular encimado por cruz e recortado em suas volutas. Ainda se pode apreciar no altar-mor e no altar da sacristia, o precioso trabalho de seus entalhadores, pintores e dourados. Hoje, a Matriz de Boa Viagem é bastante freqüentada pela população do bairro e encontra-se em bom estado de conservação</p>

PRÉDIO DA CASA DA CULTURA DE PERNAMBUCO – CCPE

ENDEREÇO: Rua Floriano Peixoto, s. nº - Santo Antônio.

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco. Monumento cedido à Fundarpe.

ADMINISTRAÇÃO: Fundarpe

PROCESSO DE TOMBAMENTO: 1.001/80

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO nº: 6.686, de 03.09.80

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Livro II, nº64, fl.5

DESCRIÇÃO - A antiga Casa de Detenção do Recife é obra de arquitetura carcerária do século XIX. Foi inaugurada em 1855 e funcionou ininterruptamente por quase 120 anos, até ser fechada em 15 de março de 1973, com a transferência dos presos. O projeto original é de autoria do engenheiro José Mamede Alves Ferreira que obedeceu aos padrões tradicionais de segurança das penitenciárias, vigentes na época. Sua planta cruciforme permitia a concentração de guarda nos fundos do bloco de administração, sobre um balcão que avança sobre o salão central, para assim vigiar todas as celas, situadas nos três pavimentos dos três blocos radiais. Os chamados “raios” (sul, leste e oeste) são construções de alvenaria, com três ordens de celas de ambos os lados, servidas por estreitas passarelas de madeira, apoiadas e sobre “cachorros” de ferro fundido. A cúpula hexagonal que marca o encontro dos quatro blocos, demolida numa das alterações que o monumento sofreu, foi reconstruída e, alumínio, entre 1974 e 1977. A área construída da Antiga Casa de Detenção é de 5.000,00 m²: A Casa da Cultura abriga relevante mostra da arte popular de Pernambuco.

QUARTEL DO DERBY

ENDEREÇO: Bairro do Derby, às margens do rio Capibaribe, com sua frente voltada para a Rua Jenner de Souza e Praça do Derby.

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: Polícia Militar de Pernambuco

PROCESSO DE TOMBAMENTO: 430/92

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 17.972, de 18 de outubro de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 98 Livro de Tombo II, fls. 12

DESCRIÇÃO

O Quartel da Polícia Militar de Pernambuco, conhecido como Quartel do Derby, foi construído no governo de Sérgio Loreto (1922-26) e inaugurado em 1925. No local existiu anteriormente o “Derby Club”, que encerrou suas atividades hípicas no final do século XIX. O “Derby Club” funcionou durante uma década. Em seu lugar, foi construído, em 1898, pelo rico empresário Delmiro Gouveia um mercado público. Destruído em 1900 por um incêndio, a área ficou abandonada até a década de 20. No local foi construído o quartel da Polícia Militar, porém sem aproveitar os elementos remanescentes da obra incendiada. O Quartel do Derby é composto por uma parte central mais alta, que se destaca do plano da fachada ladeado por dois corpos laterais de grande extensão. Esta parte central possui mais de um pavimento e é encimada por um terraço com guarda-corpo em ameias e coroada por uma cúpula octogonal em concreto armado. A edificação estimulou a urbanização do bairro.

RUÍNAS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES DE MARANGUAPE

ENDEREÇO: Maranguape - Paulista

PROPRIETÁRIO: Cia. Tecidos Paulista

ADMINISTRAÇÃO: Paróquia de Paulista

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 2.47/871

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 17.276, de 25 de janeiro de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 14 Livro de Tombo III, fls. 3 e 4.

DESCRIÇÃO

A ruína da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape está localizada no alto de uma pequena colina, no município de Paulista. As terras de Maranguape integravam uma sesmaria doada, no século XVI, a Jerônimo de Albuquerque, por Duarte Coelho, adquiridas, no século seguinte, pelo Mestre de campo João Fernandes Vieira, herói da vitória pernambucana contra os flamengos e homem profundamente religioso, que em 1656 mandou edificar uma capela de invocação a Nossa Senhora dos Prazeres, além de uma casa Paroquial, bem como a sua moradia. Fotografada na década de 40, a igreja se apresenta com a portada única encimada por sobreporta em tabernáculo aberto e óculo, com duas janelas rasgadas na altura do coro, e torre, ao seu lado direito, recuado da frontaria e de construção robusta. A direita da igreja existe e ruína de uma casa, cujos vestígios de beiral indicam que seria térrea. Trata-se provavelmente da antiga casa paroquial. Já que nas referências históricas a casa de Fernandes Vieira era situada em frente à igreja e teria dois pavimentos. Após o incêndio em 1957, a Igreja arruinou-se completamente.

SÍTIO HISTÓRICO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO E BAÍA DE SUAPE (PARQUE METROPOLITANO ARMANDO HOLANDA CAVALCANTI)

ENDEREÇO: Município do Cabo de Santo Agostinho

PROPRIETÁRIO: Empresa de Suape e outros

ADMINISTRAÇÃO: Empresa de Suape e outros

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.730/82

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 17.070, de 16 de novembro de 1993

DESCRIÇÃO

O Sítio Histórico abrange o acidente geográfico e a praia de Suape, ao sul, até o pontal de Suape, na área constituída pelo conjunto Cabo de Santo Agostinho/Baía de Suape. No local aportaram os primeiros navegadores que vieram às Américas, desde o século XV. Mais tarde, foi ancoradouro natural para escoamento da produção de açúcar, nos séculos XVI e XVII, e foco de resistência ao invasor holandês. O Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti tem área coincidente com a área tombada, abrangendo edificações como a igreja de N. Sra. de Nazaré (séc. XVI), as ruínas do Convento Carmelita (1692); o Forte castelo do Mar (1631), ao sul, construído em pedra com ampliações de alvenaria de tijolos; as Baterias de São Jorge (1632), em alvenaria de pedra solta; as ruínas da antiga Casa do Faroleiro (séc. XIV) e Forte de S. Francisco Xavier de Gaibu (séc. XVII), tendo ao lado as ruínas de um quartel. Em Suape, destaca-se o ancoradouro definido pelo porto e pelo pontal, ao sul, com ruínas do Forte do Pontal, submersas nas marés altas.

SÍTIO HISTÓRICO DO MONTE DAS TABOCAS

ENDEREÇO: Zona Rural – Vitória de Santo Antão

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: Prefeitura de Vitória de Santo Antão

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 2.176/85

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 11.237, de 11 março de 1986

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 10, Livro de Tombo II, fls. 02v.

DESCRIÇÃO

Em fevereiro de 1630 os holandeses invadem Pernambuco e gradativamente conquistam todo o Nordeste. Em meados 1645 inicia-se um movimento revolucionário luso-brasileiro que ficou conhecido como “Insurreição Pernambucana”, que visava sitiar os holandeses e investir contra os principais pontos e seus domínios na região. A deflagração do movimento ocorreu com o primeiro grande combate no Monte das Tabocas, no dia 3 de agosto de 1645. A partir de então os holandeses ficaram sitiados no Recife e em alguns poucos pontos fortificados do litoral. Com as dificuldades resultantes de um cerco de quase dez anos, consecutivos, capitularam em 1654. A vitória no combate do Monte das Tabocas permitiu aos luso-brasileiros o reconhecimento de sua força e a aceitação da realidade de se tornarem novamente senhores das terras da Colônia. Tabocas, um monte situado nove léguas a oeste do Recife, rodeado no poente pelo rio Tapacurá. A denominação Tabocas vem de uma espécie de cana brava com pontas agudas e sólidas, que corresponde ao que hoje PE chamado de bambu ou taquara. Em 1940 o município de Vitória de Santo Antão desapropriou cerca de 9000 metros de um sítio onde está localizado o Monte das Tabocas, e uma faixa de terreno em forma irregular de 1.350 metros quadrados respectivamente. Em 1978, o governo do Estado fez nova desapropriação instituindo o “Parque Histórico Estadual

IGREJA DE N. SENHORA DA BOA VIAGEM DO PASMADO

ENDEREÇO: À margem da Rodovia BR-101 Norte, Km 48 - Igarassu

PROPRIETÁRIO: Usina São José

ADMINISTRAÇÃO: Usina São José

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 312/81

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 9.330, de 18 de maio de 1984

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 9 Livro de Tombo III, fls. 01

DESCRIÇÃO:

A antiga povoação de Pasmado, hoje pertencente ao município de Igarassu, compreende uma capela sob invocação de Nossa Senhora da Boa Viagem e um casario singelo. Pasmado originou-se de um aldeamento de índios, estando já no século XVIII consolidada como povoação subordinada à freguesia de Itamaracá. Refere Pereira da Costa, in Anais Pernambucana, que em 1821 a capela foi erigida em freguesia, e desmembrada da igreja de Nossa Senhora da Conceição, da Ilha de Itamaracá. A capela possui uma única nave, capela-mor com altar, dois altares co-laterais e dois laterais, todos em alvenaria de tijolo com adornos em massa e pintura a cal. Toda em alvenaria, ainda tem algumas cercaduras em pedra e provavelmente o arco cruzeiro. Possui ainda no seu adro, um cruzeiro em pedra, com cruz em madeira.

TERREIRO OBÁ OGUNTÉ OU SÍTIO DE PAI PRÉDIO DA TORRE MALAKOFF ADÃO

ENDEREÇO: Estrada Velha de Água Fria, nº 1644 – Água Fria - Recife

PROPRIETÁRIO: Herdeiros de Felipe Sabino da Costa (Fundador)

ADMINISTRAÇÃO: Herdeiros de Felipe Sabino da Costa

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 103/84

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 10.712, de 05 de setembro de 1985

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 81 Livro de Tombo II, fls. 09.

DESCRIÇÃO - O terreno do Sítio possui aproximadamente 5.000m², na localidade conhecida como Chapéu de Sol. A tradição oral se reporta a Maria Joaquina da Costa – *Ifátinoké* – como a fundadora do Terreiro Obá Ogunté, seguindo os fundamentos religiosos *Efan*. O *Efan* é um grupo cultural integrante do sistema yorubano, juntamente com o Kêtu e o Igexá, Nigéria, África Ocidental. O Terreiro Obá Ogunté é dedicado a Iemanjá, mas tem no Orixá Xangó um dos mais importantes motivos de culto e de uma unidade religiosa. Gonçalves Fernandes, no seu trabalho *Xangôs do Nordeste*, lista a seqüência ritual do Terreiro Obá Ogunté, na década de vinte. Este trabalho é um dos poucos que mencionam o Sítio, visto que a comunidade sempre foi muito privada dos seus adeptos, destacando-se como amigo da Casa, na época, Gilberto Freyre, que conviveu com Pai Adão. Dentre os dirigentes do Terreiro Obá Ogunté, destaca-se Felipe Sabino da Costa, Pai Adão, *Opêoatanan* ou também conhecido como *Orixê Obá*. Importante pai-de-santo que zelou com rigor e conhecimento sobre os Orixás, seu culto e sua ética diante dos adeptos, e muito dignificou o Terreiro, transferindo importantes informações religiosas aos seus auxiliares mais diretos. Pai Adão reanimou os cultos do Recife, tendo passado inclusive por Salvador e Maceió; assim, assumia, indiscutivelmente, liderança religiosa na região, sendo respeitado e tido como alto conhecedor dos Orixás e dos fundamentos religiosos. Pai Adão foi tão importante para o Terreiro Obá Ogunté que popularmente esta comunidade é conhecida como o Terreiro do Pai Adão.

ENDEREÇO: A Torre Malakoff está localizada na Praça do Arsenal da Marinha, no Bairro do Recife.

PROPRIETÁRIO: Ministério da Marinha (cedida ao Estado de Pernambuco)

ADMINISTRAÇÃO: Fundarpe

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 431/92

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 18.232, de 19 de outubro de 1994

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 99 Livro de Tombo II, fls.12 v.

DESCRIÇÃO-Construída para servir de Portão Monumental do Arsenal da Marinha, a torre Malakoff foi concluída em 1855, sob a inspeção capital Elisário Antônio, depois Almirante e Barão de Angra. A Torre teve grande importância para a navegação da época, pois possuía aparelhos astronômicos para nortear os navegadores que procuravam o porto do Recife para orientações de suas rotas. O projeto do portão contemplou a execução de um observatório astronômico e de um grande relógio. A borá concluída passou a ser chamar “Torre Malakoff”. A origem do nome “Malakoff” imposto pelo povo do Recife ao Portão do Arsenal, deu-se em comparação a torre Malakoff da cidade de Sebastopol, que ficou conhecida aqui no Brasil por conta da guerra franco-prussiana noticiada em todo o mundo, na época. A torre possui um bloco que se estende longitudinalmente, onde provavelmente existiam dois pisos, e mais quatro pisos no centro correspondente à torre propriamente dita. Do último desses pisos, coberto pela cúpula localizada no topo da torre, se tem acesso a um pequeno terraço descoberto, de onde se descortina um belo panorama cobrindo os 360º.

CADEIA PÚBLICA DE GRAVATÁ

ENDEREÇO: Rua Cleto Campelo

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: Prefeitura de Gravatá

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 488/81

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.699, de 27 de julho de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 75 Livro de Tombo II, fls. 07 v e 08.

DESCRIÇÃO

O prédio da Cadeia Pública de Gravatá foi construído para essa finalidade no início do século XX, sendo uma das primeiras edificações de grande porte da cidade. O local foi palco de lutas revolucionárias que agitaram o país e o estado na década de 1920. No dia 18 de fevereiro de 1926, o então tenente do exército Cleto Campelo da Costa Filho organizou uma coluna com 12 homens, saindo do Recife, num trem da Great Western, com o objetivo de arregimentar outros adeptos e ir ao encontro da “Coluna Prestes”, movimento insurreto que percorria o país. Ao chegar a Gravatá, o grupo já contava com 150 seguidores; dirigindo-se à cadeia pública, encontrou forte resistência, travando-se um tiroteio em que o chefe revolucionário veio a morrer.

ESTRADA DE FERRO RECIFE-GRAVATÁ

ENDEREÇO: Recife a Gravatá, no Km 70 da Rodovia BR-232

PROPRIETÁRIO:

ADMINISTRAÇÃO: Secretaria de Patrimônio da União - SPU

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº 1.322/85

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 11.238, de 11 de março de 1986

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº. 02 Livros de Tombo IV, fls. 01 v.

DESCRIÇÃO

A Estrada de ferro Central de Pernambuco, com trecho Recife/Tapera (hoje Bonança) teve início em 1881. Para dar continuidade aos trabalhos da construção da ferrovia até atingir a cidade de Gravatá, o traçado da estrada de ferro alcançaria terrenos montanhosos e difícil acesso. Coube ao geólogo John C. Branner, o estudo da natureza geológica para a definição do “grade” ao longo do qual estariam vários túneis e pontilhões. O traçado deste percurso coube também ao engenheiro Eugênio de Melo que projetou, não apenas os túneis as, sobretudo, os pontilhões e viadutos que cobrem trecho até Gravatá. Destacam-se na estrada o viaduto Grota Funda, com 180m de extensão e 48m de altura, em perfilados de ferro, e o Túnel do pavão, o primeiro a ser construído no nordeste, com 151,78m de extensão, além do túnel, com 259m de comprimento. Em 4 de janeiro de 1894 era inaugurada a Estação de Gravatá, aberta ao tráfego. A Estrada de Ferro Central de Pernambuco é, sem dúvida, um marco significativo dos meios de transportes no final do século XIX e início do século XX.

ENGENHO MASSANGANA – CABO

ENDEREÇO: Rodovia PE-60, entre o Cabo e Ipojuca – Cabo de Santo Agostinho

PROPRIETÁRIO: Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA)

ADMINISTRAÇÃO: Fundação Joaquim Nabuco

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 1.161/83

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 9.904, de 22 de novembro de 1984

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 83 Livro de Tombo II, fls. 09.

DESCRIÇÃO

O cultivo da cana de açúcar propagou-se com muito êxito por toda a região e ali surgiram alguns dos mais prósperos engenhos da Capitania. As terras onde se levantou o Engenho Massangana faziam parte de uma doação feita no século XVI por Duarte Coelho a Tristão de Mendonça. A denominação de Massangana para o engenho vem do riacho de mesmo nome que passa próximo a ele; este riacho, por sua vez, tem provavelmente sua designação inspirada no termo de origem africana originado de *Massangano*. No Engenho Massangana viveu até os oito anos de idade Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, quando a propriedade pertencia a seus padrinhos. “Os primeiros oito anos de minha vida foram assim, em certo sentido, os de minha formação instintiva ou moral definitiva”, escrevia mais tarde o ilustre pernambucano. São muito fortes as marcas deixadas pelos lugares onde Nabuco passou sua infância e muito ricas as observações feitas por ele a esse respeito: “A terra era das mais vastas e pitorescas da zona do Cabo... onde os engenhos eram pela maior parte pobres explorações industriais, que existiam apenas pra conservação do estado do senhor, cuja importância e posição avaliava-se pelo número de escravos”. Do conjunto primitivo – Casa Grande, Capela, Senzala, Casa do Mestre de Nabuco e Moita, restam apenas: a Casa grande e a Capela. Ruínas da Moita, ainda são visíveis, porém da casa do Mestre e da Senzala nada mais resta.

CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE NOSSA SENHORA DO Ó

ENDEREÇO: À margem da Av. Carlos Gueiros (Rodovia PE-1). Praia de N. Senhora do Ó, Município de Paulista.

PROPRIETÁRIO: Arquidiocese de Olinda e Recife

ADMINISTRAÇÃO: Paróquia de Nossa Senhora do Ó

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº 1.047/80

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.302, de 22 de novembro de 1982.

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO

ESTADUAL DE CULTURA: Nº 05, Livro do Tombo III, fls. 01

DESCRIÇÃO

O conjunto é formado pela capela de N. Sra. do Ó, construída em 1811, que apresenta características da arquitetura religiosa brasileira do século XVIII. Extremamente bem proporcionada é composta por torre única e três janelas à altura do coro, frontão recortado em volutas, possuindo uma galeria à esquerda e um pequeno cemitério à direita. Composto o seu antigo arraial, há as chamadas “casas deromeiros”, construções singelas, conjugadas, de duas águas, com uma porta e uma janela, típicas do meio rural. Toda a área litorânea onde se localiza o conjunto é marcada por importante fato histórico: foi ali que se deu o desembarque das tropas flamengas, em 1630, tomando a Vila de Olinda, dando início à ocupação que perduraria por 24 anos.

O conjunto abrigou por algum tempo o “Centro de Folgedos Populares de N. Sra. Do Ó da Fundarpe.

CINE-TEATRO RECREIOS BENJAMIM

ENDEREÇO: Rua Dr. Alcebiades, 17 – Centro - Timbaúba

PROPRIETÁRIO: Prefeitura de Timbaúba

ADMINISTRAÇÃO: Prefeitura de Timbaúba

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 665/82

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.44, de 28 de fevereiro de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 69 Livro do Tombo II, fls. 06 v.

DESCRIÇÃO

Em março de 1916 foi inaugurado o Cine-Teatro Recreios Benjamin. Construído pelo jornalista Jader de Andrade, pertencia então à firma Antônio Vicente e Companhia. O “Recreios Benjamin”, além de um salão para exibição de cinema, transformou-se rapidamente em local de reunião de pessoas interessadas em música e teatro e serviu também para encontros dançantes e recreativos, conferências literárias e ainda abrigava movimentos filantrópicos e espetáculos beneficentes. Sua importância era tanta que logo evidenciou-se a necessidade de ampliá-la. O Cine-Teatro foi demolido e no seu lugar, em 1924, surgiu o edifício que hoje existe. O edifício do teatro tinha dois pavimentos e o seu amplo salão comportava até 600 cadeiras. O Cine-Teatro dispunha ainda de salas de espera, cabine cinematográfica, palco e quatro camarins. A fachada do Cine-Teatro “Recreios Benjamin” tem 16 metros de frente e cinco largas portas dão acesso ao teatro. Por cerca de 40 anos – 1916/1960 – o Cine-Teatro conseguiu manter em funcionamento suas atividades teatrais. Até o final da década de 50 o Cine-Teatro manteve-se em funcionamento como teatro e cinema.

CASA DE CÂMARA E CADEIA DE PESQUEIRA

ENDEREÇO: Rua Cardeal Arcoverde, Centro, Pesqueira

PROPRIETÁRIO: Prefeitura de Pesqueira

ADMINISTRAÇÃO: Prefeitura de Pesqueira

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 0435/80

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 8.445, de 28 de fevereiro de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 70 Livro do Tombo II, fls. 06 v.

DESCRIÇÃO

A análise física do edifício e o levantamento arquitetônico atual evidenciam que a edificação é uma construção típica de casa de câmara e cadeia. O aparecimento do projeto elaborado em 1864 veio reforçar a tese inicial, e os estudos comparativos entre o recente levantamento e as plantas antigas indicaram a autoria do projeto e a época da sua concepção. A hipótese dos historiadores José e Gilvam de Almeida Maciel de que o edifício teria sido a sede da Fazenda Poço, construída ao final do século XVIII ou início dos XIX, não se invalida, porquanto poderia ter existido naquele local uma construção anterior a que hoje é encontrada. As casas de câmara e Cadeia representam um marco no desenvolvimento urbano das povoações, pois são “componentes que, com as igrejas, figuram no primeiro plano das nossas vilas e cidades, nos primeiros quatrocentos anos de vida do País” (Paulo Thedim Barreto). Como nas demais casas de gênero, tem no térreo as dependências de uma cadeia, e no pavimento superior, as instalações da Câmara.

ARQUIVO DA ANTIGA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE

ENDEREÇO: Rua Floriano Peixoto, Bairro de Santo Antônio

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

ADMINISTRAÇÃO: Arquivo Público Estadual

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe 3.521/83

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº 10.924 de 06 de novembro de 1985

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA: Nº 01, Livro do Tombo I, fls. 01

DESCRIÇÃO

Trata-se do acervo penitenciário da antiga Casa de Detenção do Recife. Constam do acervo 2.401 volumes de documentação administrativa e/ou históricos encadernados e 4.705 fichas de detentos. Depois de 118 anos de funcionamento, a Casa de Detenção foi desativada para restauração e o acervo distribuído entre vários órgãos públicos estaduais. Alguns volumes ficaram sob a guarda de Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado, outra parte encaminhada para a penitenciária Aníbal Bruno e ao Presídio de Itamaracá e ainda outra parte no Arquivo Público Estadual.

Em 1981, o material foi finalmente reunido, e celebrado convênio entre a Fundarpe, como entidade administradora da Casa da Cultura de Pernambuco e o Arquivo Público Estadual, encarregado da guarda, manutenção e processamento técnico desses documentos.

O acervo encontra-se todo classificado e exposto na Sala Mamede Ferreira, no raio oeste da casa da Cultura de Pernambuco, sendo a consulta ao material permitida ao público.

TORRE DE ATRACAÇÃO DO GRAFF ZEPPELIN - CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
Antigo Campo do Jiquiá

ENDEREÇO: Bairro do Jiquiá - Recife

ENDEREÇO: Rua 15 de Novembro – Centro -
Altinho

PROPRIETÁRIO: Estado de Pernambuco

PROPRIETÁRIO: Paróquia de Vitória de Santo
Antão

ADMINISTRAÇÃO: Polícia Militar de
Pernambuco

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Nº Fundarpe
2.421/80

PROCESSO DE TOMBAMENTO: Fundarpe Nº
8.314/81

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº
8.592, de 18 de maio de 1983

DECRETO ESTADUAL DE HOMOLOGAÇÃO: Nº
8.710, DE 01 de agosto de 1983

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO
ESTADUAL DE CULTURA: Nº 72 Livro de Tombo
II, fls. 07

INSCRIÇÃO DO TOMBAMENTO NO CONSELHO
ESTADUAL DE CULTURA: Nº 02 Livro de Tombo
III, fls. 01

DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO

No dia 22 de maio de 1930 chegou pela primeira vez ao Brasil o Graff Zeppelin. O Recife foi a primeira cidade brasileira na qual atracou o dirigível aéreo alemão, que tornou-se mundialmente conhecido como Zeppelin, em homenagem o Conde Ferdinand Von Zeppelin, seu inventor.

A cidade de Altinho, no agreste de Pernambuco, teve origem a partir do povoamento da fazenda de N. Sra. Do Ó, cujo fundador foi José Vieira de Melo. Sendo este proprietário bastante católico, resolveu construir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Ó.

Os Zeppelins tinham a forma de um balão alongado com estrutura de alumínio, com seus espaços livres preenchidos de hidrogênio. Em agosto de 1929 o Zeppelin realizou a primeira volta ao mundo.

Em 1837, a capela teria tido a sua invocação mudada para N. Sra. Do Rosário. A capela é de pequenas proporções, em alvenaria de tijolos manuais, e constituída de capela-mor, nave e coro. A fachada principal é das mais simples, com portada única, apresentado duas janelas na altura do coro, compondo a fachada encimada por tímpano triangular, no topo do qual há uma cruz arrematada por cornijas.

Para tornar possível a aterrissagem do Zeppelin no Recife, o Governo do Estado de Pernambuco custeou a montagem de uma torre de ferro e o transporte de tubos especiais de gás, vindos da Alemanha. No dia do primeiro pouso, o Conselho Municipal do Recife decretou feriado.

Entre os anos de 1930 e 1937, centenas de pessoas acorriam ao Campo do Jiquiá nas chegadas dos dirigíveis, transformando-as em acontecimento social de grande público.

A torre de atracação, objeto do tombamento, é a única existente no Brasil. A torre é uma estrutura de ferro com 19m de altura. O corpo central é envolvido por uma treliça metálica e na parte superior existem dois patamares circulares aos quais se tem uma escada de ferro.